

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
SECRETARIA EXECUTIVA DOS CONSELHOS
CONSELHO UNIVERSITÁRIO

ATA 456

Aos cinco dias do mês de julho do ano de dois mil e dezenove, às oito horas e trinta minutos, reuniu-se extraordinariamente o Conselho Universitário, sob a presidência da Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias, com a presença dos seguintes membros: **De forma presencial** - Andréia Sorressão Lucas, Antenor Ferreira Moraes, Artur Roberto de Oliveira Gibbon, Augusto Ferrari, Billy Graeff Bastos, Caroline Lemos Segovia, Claudio Moss da Silva, Cristiano Ruiz Engelke, Danilo Giroldo, Eduardo Pitrez de Aguiar Correa, Eneilson Campos, Ernesto Luiz Gomes Alquati, Fabíola Aiub Sperotto, Glauber Acunha Gonçalves, Ícaro Aronovich da Cunha, Isabel Cristina de Oliveira Netto, Joaquim Vaz, Luciana Paiva Coronel, Luciano Vaz Ferreira, Luiz Antônio de Almeida Pinto, Luiza Machado da Silva, Newton Nyamasege Marube, Rafael de Carvalho Missiunas, Ralf Kersanach, Rossana Madruga Telles e Viviane Costa Touguinha Bauer. **Por meio de webconferência** - Roberto de Souza Gomes da Silva. O Secretário, a pedido do Senhor Presidente, registrou a presença dos substitutos e o motivo da substituição: **De forma presencial** – Lúcia Lovato Leiria, suplente de Leticia Cao Ponso, representante do ILA; Neide da Silva Cunha, suplente de Rafael de Carvalho Missiunas; Pedro Freire Popiolek, suplente de Marcelo Garcia, representantes dos TAE (titulares afastados por motivo de força maior). Justificaram ausência: Ana do Carmo Goulart Gonçalves e Alan Goularte Knuth, respectivamente titular e suplente da representação do IE (titular afastada a serviço na Universidade e suplente em férias); Jussara Maria Silveira e Simone de Menezes Karam, respectivamente titular e suplente da representação dos servidores docentes (a titular por motivo de força maior e a suplente por afastamento a serviço da Universidade); Rogério Piva da Silva e Márcio André Leal Bauer, respectivamente titular e suplente da representação do ICEAC (titular afastado a serviço da Universidade e suplente por motivo de força maior); João Carlos Brahm Cousin, ex-reitor (por motivo de força maior). Não justificaram ausência: Amandio da Rosa Porciuncula (representante do IO), Simoní Saraiva Bordignon (representante da EEnf); Eduardo Dias Forneck, representante dos docentes. Os representantes estudantis Rosana Oroski, Lara Carolina Peixoto Quiche, Ricardo Fornari, Carlos Otaviano Passos e Willian Rubira da Silva tiveram suas ausências justificadas em razão de estarem em período de férias acadêmicas. Participaram como convidados: Katia Arpino Rasia, representando a AUDIN da FURG; Leandro Bugoni, representando a DIPESQ; Humberto Camargo Piccoli, representando a FAURG e Gicelda Andresa, representando a FAHERG. Ao iniciar a reunião, a Senhora Presidenta colocou em discussão a ordem do dia, conforme segue: **1º) Aprovação da Ata 455** - Tendo em vista que a ata fora disponibilizada antecipadamente aos conselheiros, a Senhora Presidenta perguntou aos presentes se havia alguma manifestação a respeito dessa ata. Não havendo, a ata nº 455 foi colocada em votação e aprovada por unanimidade;

2º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Homologação do Ato Executivo nº 016/2019 – Composição do Conselho Fiscal da FAURG – O referido AE realizou a indicação dos servidores: Walter Nunes Oleiro (docente do ICEAC), Maria Nazaré Oliveira Wyse (TAE da Coordenação de Contabilidade da PROPLAD) e Daiane Pias Machado (docente do ICEAC) para comporem o Conselho Fiscal da Fundação de Apoio à Universidade do Rio Grande – FAURG, com mandato a partir do dia 03/05/2019 até 02/05/2021. A Indicação foi lida pelo autor. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. Não havendo manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **3º) Indicação do Cons. Danilo Giroldo – Homologação do Ato Executivo nº 024/2019 – Institui a Coordenação de Garantia e manutenção Predial (CGMP)** – O referido AE instituiu a Coordenação de Garantia e Manutenção Predial, vinculada à Diretoria de Obras da PROINFRA, com o objetivo de: 1) Coordenar, planejar e gerenciar as operações necessárias à conservação das edificações e infraestrutura viária da Universidade; 2) Monitorar o estado de conservação das áreas construídas; 3) Acompanhar, durante o período de garantias quinquenal, os prédios e vias em uso e acionar os responsáveis no caso de necessidade de reparos; 4) Garantir o correto funcionamento dos sistemas hidráulicos e de energia elétrica implantados; e, 5) Implantar sistemas de monitoramento visando à conservação e manutenção preventiva da área física. Indicação foi lida pelo autor. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Joaquim perguntou o motivo da criação dessa coordenação. A Senhora Presidenta explicou que se deve a uma reorganização dentro da estrutura da PROINFRA, a fim de não deixar o Diretor de Obras com sobrecarga de atividades. Disse que não se trata de criação de função e sim de realocação de uma função de coordenador que estava disponível e se entendeu de direcionar para esta área da PROINFRA que estava necessitando se reestruturar. Essa atividade está sendo trazida para responsabilidade da Diretoria de Obra, já que anteriormente a Prefeitura é que atuava na área de manutenção predial. Disse que ainda hoje essa área que envolve contratos com empresas de engenharia exige um melhor acompanhamento e essa coordenação atuará nesse sentido também. O Cons. Pedro Popiolek, analista de tecnologia da informação junto ao NTI, comentou a posição favorável do NTI com relação à criação desta função junto à PROINFRA, pois é necessário que este serviço seja melhorado e prestado com qualidade. Disse ter um ano de FURG e, durante este período como servidor, não presenciou a visita de qualquer servidor com o objetivo de verificar o correto funcionamento do gerador de energia existente no NTI, sendo que a manutenção atualmente é realizada pelos servidores do próprio NTI, os quais não possuem competência técnica para estarem realizando este tipo de serviço, e, caso ocorra algum incidente, eles poderão ser responsabilizados por isso. Porém, se esta manutenção não for realizada e o gerador parar, podem ocorrer sérios prejuízos, como a perda de dados armazenados no servidor, portanto sugeriria o acréscimo de uma atribuição à coordenação criada, que seria “a verificação do correto funcionamento de sistemas de geração de energia elétrica”. A Senhora Presidenta lembrou que, no texto da Indicação, já consta como atribuição desta

coordenação “garantir o correto funcionamento dos sistemas de energia elétrica implantados”. O Cons. Pedro, concordando com a Reitora, explicou que apenas destacou a importância deste item para fique mais explícito e garanta esta necessidade de verificação dos sistemas. A Senhora Presidenta garantiu que a observação seria repassada aos responsáveis e informou, também, que recentemente foi fechado o contrato com uma empresa de engenharia que reforçará as atividades de manutenção da área física do campus. A Cons. Viviane informou que essa coordenação lidará apenas com a área de manutenção predial e que as atividades de manutenção na área de informática são responsabilidade de outra unidade. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **4º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Adequação do Regimento Geral da FURG, relativamente à possibilidade de recursos após decisões do CONSUN** – O referido AE propõe a supressão do parágrafo 2º, do artigo 3º, do Regimento Geral da FURG, onde consta: “*Das decisões do CONSUN, no prazo de (10) dias úteis, caberá recurso ao Conselho Nacional de Educação, por estrita argüição de ilegalidades*”, tendo em vista que a partir da vigência da Lei nº 9.394/96, a LDB, não mais se deve dispor em estatutos e regimentos o cabimento de recursos relacionados às decisões dos colegiados superiores das IFES ao Conselho Nacional de Educação (CNE), ao Ministério da Educação (MEC) ou a qualquer outro órgão integrante da Administração Pública Direta ou Indireta relacionado à educação, conforme orientação recebida do Conselho Nacional de Educação (CNE), o qual define que, caso seja interposto recurso, e seja mantida a decisão negativa junto ao CONSUN, este se exaurirá no âmbito da própria Instituição (OFÍCIO Nº 202/2019/CES/SÃO/CNE/CNE/CNE-MEC, de 11/04/2019). A Indicação foi lida pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão, explicando, inicialmente, que se trata apenas de uma correção de texto no Regimento Geral por não mais existir essa possibilidade, desde a edição da LDB de 1996. Disse que foi realizada uma consulta ao Conselho Nacional de Educação, o qual confirmou não mais ser possível essa previsão de recurso, o qual se esgota na Universidade em nível de Conselho Universitário. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade; **5º) Indicação da Cons. Cleuza Maria Sobral Dias – Processo nº 23116.005324/2019-51 – Concessão do título honorífico “Doutor Honoris Causa”** – O referido AE propõe a concessão do título honorífico “Doutor Honoris Causa” ao servidor Lauro Jesus Perello Barcellos que, atuando de forma exemplar no seu exercício profissional, presta significativas contribuições para o desenvolvimento da Universidade no atendimento de suas atividades fins e de sua função social, trazendo prestígio e reconhecimento para a FURG, nacional e internacionalmente, por várias instituições civis e militares. A Senhora Presidenta esclareceu que todos os anos na época do aniversário da FURG se têm por costume entregar títulos honoríficos e/ou distinções universitárias, citando, que na última reunião do COEPEA, já foram aprovadas as indicações de Mérito Universitário e Mérito Institucional e que também, anteriormente, já havia sido aprovada a concessão do título de Professor Emérito ao professor aposentado da FaMed Oswaldo José de Paula

Barbosa e agora foi enviada para análise do CONSUN a indicação do título de Doutor Honoris Causa ao oceanólogo Lauro Jesus Perelo Barcellos. A Indicação foi lida pelo Cons. Danilo. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A Senhora Presidenta disse entender que, talvez, se dispense maiores comentários relativos à pessoa do servidor Lauro Barcellos, porém aos mais novos sugeriu que conheçam o CCMar (Centro de Convívio Meninos do Mar), caso ainda não tenham tido a oportunidade. Citou o trabalho exemplar e a forma respeitosa com que o Lauro atende a todos. Lembrou dos dois navios escolas existentes na FURG onde o Lauro tem atuado, onde também são realizados alguns projetos, sempre voltados a quem mais necessita. O Cons. Gibbon parabenizou pela indicação do servidor Lauro. Disse tratar-se de um servidor que lembra e valoriza sempre a Universidade, e que se alguém merece ser lembrado, no momento dos 50 anos da FURG, deve ser ele. O Cons. Glauber lembrou que o Lauro se envolve em vários projetos que dizem respeito ao município, que não se furta de participar em qualquer projeto, mesmo em situações técnicas e polêmicas como, por exemplo, a questão que envolve o porto do Rio Grande. Destacou que, ao se buscar apoio fora de Rio Grande, como em Brasília, por exemplo, a figura dele sempre aparece de forma marcante. A Cons. Isabel parabenizou a indicação do servidor Lauro, lembrando que nasceu em Pelotas e, talvez, seja um dos poucos que conhece que sempre está preocupado com as condições em que as pessoas vivem. Citou o caso de alguns trabalhadores que eram da FAHERG, e hoje estão atuando no CCMar. Lembrou da horta que existe junto ao CCMar e que atende, inclusive, o Hospital Universitário. Sugeriu que a aprovação, ao final, seja realizada por aclamação. A Senhora Presidenta lembrou, também, da movelaria e da costuraria criadas por ele e mantidas junto ao CCMar, as quais são oficinas e também auxiliam o HU. Disse que ele conseguiu máquinas por doação para proporcionar estes cursos e que, além de toda atuação do Lauro, o CCMar é algo que se diferencia pelas ações sociais desenvolvidas naquele ambiente. Trata-se de alguém muito visionário que teve a capacidade de enxergar que daquele prédio quase abandonado poderia se criar algo transformador que, atualmente, é o CCMar. Por fim lembrou que a entrega dos títulos e das distinções acontecerá na Assembleia Universitária marcada para o dia 20 de agosto, quando se comemorará os 50 anos da FURG. Relacionou todos que receberão os méritos durante esta Assembleia. Não havendo mais manifestações a esse respeito, a Indicação foi colocada em votação, sendo aprovada por aclamação através de aplausos; **6º) Parecer 001/2019 da 1ª Câmara - Processo nº 23116.003319/2019-11 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas da FAURG (exercício 2018) e solicitação de continuidade como instituição de apoio à FURG** – O processo foi relatado pelo Cons. Rogério Piva que após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação do Relatório de Gestão e da prestação de contas da FAURG relativa ao exercício de 2018, assim como pela continuidade da FAURG como Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande. O parecer foi lido pelo Cons. Joaquim Vaz, Presidente da 1ª câmara. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Convidado Piccoli disse que o parecer do relator é bastante fiel ao relatório da

FAURG. Citou que o resultado em 2018 foi bastante positivo quando conseguiu reduzir substancialmente o valor de FGDAU devido desde 2014 à FURG, em razão de alguns projetos de porte. Ainda existe um déficit em torno de duzentos mil reais, mas neste ano de 2019 têm-se alguns outros projetos novos que apontam para uma boa atuação da FAURG, numa perspectiva de superávit. Disse que a administração da Universidade vem trabalhando para conquistar mais projetos que envolvam a FAURG, no sentido de dar continuidade ao seu trabalho. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; 7º) **Parecer 003/2019 da 2ª Câmara - Processo nº 23116.003415/2019-51 – Relatório de Gestão e Prestação de Contas da FAHERG (exercício 2018) e solicitação de continuidade como instituição de apoio à FURG** – O processo foi relatado pela Cons. Isabel Cristina que, após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação do Relatório de Gestão e da prestação de contas da FAHERG relativa ao exercício de 2018, assim como pela continuidade da FAHERG como Fundação de Apoio da Universidade Federal do Rio Grande. O parecer foi lido pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Joaquim disse que gostaria de saber como está a situação da FAHERG como entidade de caráter filantrópico. A Senhora Presidenta disse que continua *sub judice* essa situação, já que a documentação ainda não retornou do Ministério. O Cons. Joaquim perguntou também como está a situação da continuidade da FAHERG como fundação de apoio à Universidade. A Senhora Presidenta disse que, enquanto houver a necessidade de manutenção dos servidores atuando junto ao HU, ela deve permanecer ativa. Futuramente o conselho deverá discutir essa situação, quando necessário. Citou que o TCU tem atuado e pressionado o Ministério da Educação, com relação a esta questão para que seja atendido o acórdão existente. Disse haver prazo até o final deste ano para que sejam realizados processos de seleção junto aos hospitais que ainda estão nesta situação, no sentido que a transição ocorra para esse novo modelo de gestão. No momento em que não houver mais a necessidade de manter servidores junto ao HU, o Conselho de Curadores da FAHERG deve discutir e definir seu destino ou até ter outra finalidade que não apenas esta de fornecer mão de obra ao HU. Por isso, neste momento, a decisão é pela manutenção da FAHERG como Fundação de Apoio à Universidade. O Cons. Glauber observou que, no relatório, consta que a FAHERG auxilia os serviços do sistema de laudo de imagens médicas e lembrou que todos os anos visita juntamente com seus alunos esse serviço existente no HU e que é sempre importante saber que a FAHERG contribui com esse tipo de atividade, pois trata-se de um serviço de grande valor e de alto mérito. Com relação ao que consta sobre a FAHERG não ter recebido todos os repasses devidos no ano, perguntou se isso deixou de ser realizado pelo governo Estadual ou Federal. A Senhora Presidenta informou que os serviços da área da saúde, através do SUS, não têm administração plena, portanto é responsabilidade do Estado repassar recursos federais nesta área. Ocorre que, por vezes, o Estado indica o repasse e o Governo Federal não libera o recurso. O Cons. Glauber perguntou, ainda, sobre o grande ponto de conflito que envolve esta questão da condição de filantropia para a FAHERG. A servidora

Gicelda, da FAHERG, representando a Fundação, explicou que há um processo na esfera federal reconhecendo esta condição de entidade filantrópica para a FAHERG, sendo que a Justiça Federal solicitou a emissão do referido certificado através de medida liminar, mas não foi cumprido até o momento pelo Ministério da Saúde. Disse que foi realizado um novo pedido ao MS, o qual não se manifestou até o momento. O Cons. Danilo disse, para explicar melhor, que lá na origem ela tem que provar que faz assistência de filantropia direta, o que é uma coisa óbvia que a FAHERG presta serviços de assistência. Passou a ser uma questão tecnicista e de interpretação desse dispositivo da norma. Disse que foram realizadas várias tentativas e que então só restou a judicialização da questão para tentar resolver, o que, obviamente deu resultado favorável. A Senhora Presidenta disse que o TCU vem pressionando o MEC já há algum tempo e prorrogando o cumprimento do acórdão para que novas vagas sejam liberadas, a fim de que o processo de transição seja realizado. Praticamente na área de enfermagem as vagas foram liberadas ainda no ano de 2018 e alguns estão sendo nomeados em 2019. Houve, também, uma pressão para que o MEC fizesse uma previsão dentro do seu orçamento para cobrir as rescisões dos contratos junto às fundações. Nesse mês, já se tem notícia de liberação de valores nesse sentido. Nos próximos meses, deve-se trabalhar com a comissão existente em processos de licitação com empresas para serviços de limpeza, portaria e outros necessários, sendo que a EBSERH deve promover contratações na área da saúde com o objetivo de atender essa transição. A convidada Gicelda disse que há uma Comissão de Transição muito preocupada com a vida dos trabalhadores porque grande parte dos servidores atua em áreas de apoio ao hospital, as quais passarão a ser atendidas por empresas terceirizadas. Disse que o trabalho desta Comissão é justamente atuar no sentido de orientar o trabalhador que tenha interesse em atuar em uma destas empresas terceirizadas. A Senhora Presidenta destacou a atuação da diretoria da FAHERG num momento de transição que é muito desgastante emocionalmente, porque trata com a situação de um grupo grande de pessoas. Existem várias situações a serem enfrentadas, como a diferença salarial que existe entre o que os servidores da FAHERG recebem atualmente e os salários oferecidos pelas empresas que participam das licitações. Por tudo isso, agradeceu muito às pessoas que atuam, hoje, na direção da Fundação. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade;

8º) Parecer 002/2019 da 1ª Câmara - Processo nº 23116.003967/2019-60 – Proposta de criação do Comitê de Ética em Pesquisa da FURG (CEP-FURG) como órgão vinculado à PROPESP e seu Regimento Interno – O processo foi relatado pelo Cons. Cláudio Moss que após análise dos documentos que compõem o processo, votou por aprovar: **a)** alteração da nomenclatura do Comitê de Ética em Pesquisa na Área da Saúde (CEPAS) para Comitê de Ética em Pesquisa da FURG (CEP-FURG); **b)** extinção do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) e seu respectivo regimento interno, revogando as Resoluções 025 e 026/2016 do CONSUN; e, **c)** o Regimento Interno do Comitê de Ética em Pesquisa da FURG (CEP-FURG), revogando a Resolução nº 028/2007 do

CONSUN, conforme proposta apresentada pela PROPESP. O parecer foi lido pelo autor, assim como as propostas de resoluções, sendo registrados os destaques durante a leitura. Logo após, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão, na ordem dos destaques registrados. O Cons. Joaquim ficou com dúvida sobre a necessidade de alterar o nome do CEPAS. O Cons. Danilo explicou que há a necessidade de alteração em razão de que o novo comitê deverá atender demandas de outras áreas e, não só, da área da saúde. O convidado Leandro explicou que, por demanda do CONEP, é que ocorreu a necessidade de adequar à nomenclatura do comitê existente. O Cons. Joaquim disse que sua preocupação quando reuniu com o relator foi no sentido de que outras unidades acadêmicas possam estar presentes no comitê a ser criado. A Cons. Isabel perguntou se não é possível haver mais de um conselho na Universidade. O Diretor de Pesquisa, Leandro Bugoni, disse que não se consegue cadastrar no sistema nacional mais de um comitê, já que o CONEP entende que exista apenas um Comitê por Instituição, e esse foi o problema quando se tentou cadastrar o CEP-CHS, quando o CONEP disse que a FURG já tinha um Comitê de Ética e não poderia cadastrar outro. Isso gerou a necessidade de fusão dos comitês e a mudança de nomenclatura para atender esse entendimento nacional de como se denomina e, num segundo momento, organiza o funcionamento, ampliando o escopo para mais além, como dito pelo Vice-Reitor, também para as áreas sociais e humanas. Disse esperar um volume muito grande de atividades, num esforço muito grande, já que, na prática, qualquer atividade que envolva entrevistas, enfim, aspectos sociais e humanos, vai requerer uma análise dos projetos por esse Comitê. O Cons. Joaquim disse que sua preocupação ao reunir com o relator e o Vice-Reitor para tratar sobre esse assunto foi justamente no sentido de que tivesse participantes das mais diversas áreas no Comitê, já que esses procedimentos devem se tornar corriqueiros e normais na Universidade. A Cons. Isabel perguntou se seria impossível a manutenção de mais de um comitê de ética na Instituição. O Cons. Danilo disse que sim, que não se pode ter mais de um comitê por Universidade, conforme informou o Diretor Leandro. Na verdade, a ética em pesquisa hoje aborda a saúde, aborda esta questão da pesquisa identificável, mas tem muitas outras áreas que estão com discussões avançadas em ética também e é importante que esta cultura da análise ética dos projetos de pesquisa seja fortalecida. Citou, por exemplo, que existem países definindo políticas específicas na área da inteligência artificial, e assim não vai demorar para que se tenham procedimentos para análise de projetos para inteligência artificial, por exemplo, porque já se tem países inteiros fazendo isso, e, no Brasil, não se tem isso tão avançado. Além desse conselho, só se tem o de experimentação e uso animal, que é um outro conselho nacional, e por isso tem uma regulamentação separada. Mas a questão da ética em pesquisa, como campo, tende a se unificar e se tornar uma cultura cada vez maior em outras áreas. Isso permeou a discussão aqui, além do fato do número de projetos que deve crescer muito. Acredita-se, que dessa forma, vai qualificar ainda mais o processo através de um olhar multidisciplinar. Não havendo mais manifestações sobre a primeira proposição de resolução, foi colocada em votação, sendo aprovada por unanimidade. Na

sequência, a leitura da proposta de regimento interno foi realizada com o registro de destaques e, posteriormente discutidos um a um, conforme segue: **a) Capítulo III – Atribuições** - O Cons. Pitrez sugeriu a inclusão de um inciso XIV com o seguinte texto “*informar e difundir no âmbito da FURG os padrões éticos para a pesquisa científica na Universidade e os procedimentos relativos à sua verificação*”. O Diretor Leandro Bugoni agradeceu a sugestão e disse concordar com a inclusão do inciso, lembrando que uma das atribuições do comitê é a de percorrer as Unidades realizando a divulgação. Seria o inciso XIV. O Cons. Joaquim destacou que a divulgação é extremamente importante, já que, ocorrem alguns projetos, por exemplo, na área da engenharia, e sem o respaldo do comitê. A cons. Luiza citou que na área de letras, em outras universidades, como no caso da UFMG, os projetos de conclusão de curso exigem a aprovação do comitê de ética e isso é muito importante. Lembrou também que a maioria dos periódicos exige a passagem pelo Comitê de Ética para publicações na área de letras. O Cons. Billy disse que tem acompanhado essa discussão tendo notado certa confusão entre ética na pesquisa e a atuação e o papel de um Comitê de Ética. Entende que deve haver um cuidado especial a respeito disso. A Cons. Isabel destacou a importância que teve o CEPAS na FURG por 17 anos, o qual contribuiu em muito para esta discussão atual sobre ética na pesquisa. Lembrou que ele foi criado naquela ocasião, principalmente, para a área da saúde e deve ficar registrada sua importância para a FURG. O Cons. Claudio Moss salientou o que está previsto no Inciso VIII, a respeito do CEP-FURG ter um papel consultivo, deliberativo e educativo, promovendo a reflexão em torno da ética nas ciências. O Cons. Billy lembrou que, mais adiante no texto, está previsto, no Artigo 20, que o CEP fará ações semestrais de treinamento e sugeriu a inclusão da comunidade acadêmica, tendo a concordância do plenário. O Cons. Eduardo Pitrez sugeriu que, talvez, seja interessante que, no futuro, o CEP possa contar com câmaras para que, se for conveniente, sejam utilizadas. O Cons. Claudio Moss lembrou que há uma recomendação para que os CEPs tenham uma composição ampla, sendo que assim permite que ao ser avaliado um projeto por dois membros, posteriormente seja também pelo plenário. A Senhora Presidenta agradeceu a todos que contribuíram para a formalização desta proposta e, também, ao relator pela análise realizada. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara, com as alterações promovidas pelo plenário, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **9º) Parecer 002/2019 da 2ª Câmara - Processo nº 23116.002406/2019-43 – Relatório de Atividades de Auditoria Interna – RAIN T 2018** – O processo foi relatado pela Cons. Viviane Costa Touguinha Bauer que, após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN T 2018 apresentado pela AUDIN da FURG. O parecer foi lido pela autora. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. A auditora Kátia disse que o RAIN T sintetiza todas as ações da AUDIN em 2018 e é realizado com base no rito estabelecido pela CGU. Disse que ele é muito técnico e orientado pela CGU para que a atividade seja direcionada à área fim da instituição. Destacou a informação do índice de evasão escolar em 2017 em torno de 17% e que isso foi considerado muito significativo, já que é um dos

indicadores utilizados na avaliação das Universidades. Disse que o TCU aconselha nestes casos que a Universidade observe os profissionais demandados pela sociedade e que realizem ações preventivas visando minimizar essa situação. Citou que esse percentual vem crescendo desde o ano de 2010, quando estava em 3%, mas que não se trata de uma situação exclusiva da FURG, pois vem acontecendo com todas as Universidades. Disse que os órgãos de controle encaram essa situação como um impacto econômico para a sociedade, em razão dos estudantes que não se formam. O Cons. Billy informou que, por problemas de saúde na família, teria que se ausentar da reunião logo em seguida, porém gostaria de antes deixar um registro em razão de uma solicitação recebida dos colegas do curso de Educação Física, do Instituto de Educação. Referiu-se, então, à saudação que prestavam à iniciativa do Gabinete da Reitora, o qual, através do Memorando 051, em resposta ao Memo. 107 do Instituto de Educação, dá uma série de respostas em relação às históricas demandas que o IE tem em relação ao Centro Esportivo, as quais aumentaram em função da previsão de uso de uma parte importante do Centro Esportivo, que sequer foi usada ainda pelo curso de Educação Física, referindo-se ao ginásio de esportes. Disse que rapidamente avaliaram o memorando, ainda de forma informal, mas que deverá passar certamente pelas instâncias necessárias, em que, de acordo com o que foi apontado nele, em resposta aos questionamentos, é muito provável que deverão apoiar a realização do evento, inclusive a solicitação feita pelos colegas de antecipação da entrega do ginásio, sendo cumpridos os prazos contidos nos questionamentos anteriores irão apoiar que se realize. Desculpou-se mais uma vez pela intromissão na pauta da reunião, justificando que havia prometido aos seus colegas que faria o registro. O Cons. Alquati disse que uma coisa que o desagrada muito é a quantidade de siglas existentes, inclusive em relatórios, citando como exemplo o RAINTE. Disse que, ao ler uma das folhas do relatório, contou 15 siglas, registrando que “a nossa língua vai sumir”. A segunda questão em relação ao relatório apresentado pela Cons. Viviane disse ser a miudeza de detalhes que entende ser completamente desnecessária, afirmando nada ter contra o seu parecer. Destacou, também, que a questão da evasão na FURG deveria ser tratada pela PROGRAD e não pela AUDIN, criticando o que entende ser auditoria interna da evasão na FURG, deixando claro, também, que não tem nada contra a atuação da AUDIN. Disse desconhecer estudos sobre a evasão e motivação da evasão na FURG, nem antes, nem depois do ENEM. Disse que, portanto, esse tema, no seu entendimento, deveria ser tratado pela PROGRAD e não pela AUDIN. Acha que o custo do aluno para a universidade lhe interessa, porém a evasão, sim, é preocupante. Questionou os conselheiros presentes sobre se conheciam algum estudo sobre evasão na FURG, já que ele desconhecia. Disse que a evasão é alta e é preocupante e entende que ela ocorre porque a Universidade não se debruçou sobre o tema através de dados consistentes. Disse não estar falando mal da AUDIN, mas que apenas está falando sobre um fato existente e que veio à tona nesse momento, porque, no relatório da AUDIN, apareceu essa citação. Para esclarecer aos conselheiros, a Senhora Presidenta disse que existem, sim, estudos sobre evasão e retenção na FURG, que, inclusive, antecedem a criação do SISU e estudos que continuaram

ao longo do tempo e são mantidos. Existe um estudo em parceria com o ICEAC, através do professor Tiarajú. Existem estudos combinados entre a PRAE e a PROGRAD a respeito do tema, discutindo, também, estudos que têm sido realizados pelo fórum de Pró-Reitores junto à ANDIFES. Entende que o problema é que o conceito de evasão é um conceito de muita complexidade e difícil de ser mensurado por diversas razões, dando certa razão à manifestação do Cons. Alquati. Disse que isso é uma demanda do TCU e é importante o acompanhamento que a AUDIN está realizando nesse momento. Disse que os estudos têm sido apresentados aos coordenadores de curso, destacando, em alguns casos, que a evasão ocorre pela própria mobilidade interna que existe na Universidade, ou ainda pela mobilidade externa, quando o aluno sai e vai para outra universidade. É importante medir investimento público, mas não é possível se pensar no estudante apenas com relação ao custo para a Universidade. Não é um conceito fácil de ser medido, porque existem vários fatores que têm influência nessa situação e as constatações trazidas pela AUDIN não devem ser consideradas sem se levar em conta o contexto em que isso ocorre. Lembrou que já foi demonstrado que estudantes cotistas, por exemplo, que recebem assistência estudantil possuem um rendimento muito bom e que a manutenção destes investimentos na assistência estudantil vêm preocupando sobremaneira a administração da Universidade. Disse que os estudos estão sendo realizados pela PROGRAD e PRAE em conjunto, que talvez os integrantes do CONSUN não tenham conhecimento mais aprofundado sobre o tema, mas garantiu que os resultados da evasão e retenção estão sendo apresentados aos coordenadores de curso, considerando-se, por exemplo, determinadas disciplinas, considerando a relação professor/aluno e considerando também aquilo se sabe que são questões sociais que ocorrem para além da ação da Universidade. Os estudos existem, mas ainda não se conseguiu uma conclusão exatamente em razão da complexidade que envolve esse conceito. Lembrou que os dados levantados pelo professor Tiarajú a respeito do tema demonstram que já existem mais fatores externos do que internos que incidem nessa questão, além de se saber que também há a necessidade de se investir mais fortemente na base que é o ensino médio. O Cons. Antenor criticou a existência do ponto de corte que, hoje, existe no SISU. Entende que o estudante acaba entrando no curso que o sistema permite e não no curso que ele gostaria de entrar. Disse que, anteriormente, se pensava no curso que se queria fazer e se preparava pra isso, e agora, se conquista uma “chave” e depois é que se descobre qual porta essa “chave” abre, ou seja, qual o curso que se vai ter acesso, mas defendeu também que não é só a questão do ponto de corte que implica evasão. A Senhora Presidenta sustentou que existem estudos e que estão sendo realizados pelas duas pró-reitorias e a Diretoria de Assuntos Estudantis e que é um tema que não se esgota na apresentação de um relatório da AUDIN nesse momento, e que está fazendo isso pela primeira vez, com um objetivo diferente do que as pró-reitorias têm realizado até agora. O Cons. Ralf disse que conversa muito com os seus alunos sobre esse tema e disse ter uma opinião, assim como acredita que a maioria dos conselheiros tenha também uma opinião, dentro daquilo que se vive dentro da sala de aula. Disse que já ouviu falar sobre os levantamentos citados pela

Senhora Reitora, porém eles não foram apresentados ainda para a comunidade que entende ser a mais importante, a dos professores. Deixou como sua sugestão que se faça um seminário para apresentação destes dados aos professores, já que escuta defesas maravilhosas a respeito do SISU, mas que não é a realidade que vê dentro da sua sala de aula, independente de cota ou não cota, pois não está incluindo essa defesa. A Senhora Presidenta disse acreditar que, no ano passado, ocorreu um PROFOCAP, que é aquele programa de formação continuada pedagógica, em que se tratou deste assunto, com a apresentação de dados. O Cons. Ralf argumentou que pode ter ocorrido, porém não especificamente sobre este tema em questão, o que seria interessante, já que é um tema importante e está passando, inclusive, pela análise da AUDIN. Como segundo ponto, disse entender que a questão do custo do estudante é importante dentro da universidade, pois se trata de um investimento da sociedade na Universidade, e isso é importante que seja mensurado. Com relação ao ENEM, disse que conversa com seus alunos a respeito. Disse que é uma prova que tem pontuação de zero a mil e que alguns ingressam com pontuação entre 300 e 400 pontos, significando que ingressam com 30 a 40% da nota máxima. Perguntou aos presentes se é possível que um time de futebol possa ter jogadores que saibam jogar apenas 30 ou 40% de futebol, então isso é uma das coisas que afetam diretamente essa situação, ou seja, as pessoas chegam completamente despreparadas para estarem num curso superior e isso tem tudo a ver com o que se está discutindo agora. O Cons. Danilo disse em relação à questão do custo do estudante, assim como a Reitora explanou, em relação a uma discussão mais ampla, em que o próprio TCU vem colocando, e isso vem sendo sugerido e apontado para as equipes, e a gestão da Universidade tem feito esse debate. Disse se alinhar, de certa forma, com a posição do Cons. Alquati nesse sentido, porque não se questiona a necessidade de tratar com eficiência e zelo o recurso público, mas muitos que trabalham com pesquisa e o grande problema que se tem é quando se dá uma resposta utilizando uma tecnologia inadequada, portanto chegando a uma conclusão inadequada, e a composição desse custo é bastante questionada. Existem vários grupos que discutem a composição desse custo, na forma como ele está colocado aqui e as causas que levam a própria evasão são bastante complexas, assim como a reitora detalhou. Então é complexo se atribuir a responsabilidade à Universidade, até como foi colocado aqui, com correções, com normativas, ou seja, vem a solucionar um problema que tem uma origem multifatorial muito mais complexa, de origem cultural e social, e que o Brasil precisa enfrentar esse desafio. Na verdade, é um desafio que precisa ser abraçado por todos os entes educacionais, então é nesse sentido que os gestores fazem essa crítica e esse embate a essa lógica de discutir a evasão. A questão do zelo com o bem público também tem toda uma série de parâmetros para serem avaliados. Envolver a discussão de evasão com esse parâmetro, eventualmente punindo ou classificando em função dessa característica que é diferente de região para região, que tem “n” outros fatores é simplificar uma discussão que é extremamente complexa, então é interessante que haja, e a AUDIN compõe esse sistema que avalia esse tema aqui na FURG, mas isso é bastante complexo. É parecido com a discussão do Comitê de Risco

que foi apontado no relatório também, informando que está sob sua responsabilidade estudar a implantação desses Comitês, conforme delegação da Reitora. Com relação à gestão de risco, disse que isso foi determinado por decreto, que foi dado um prazo para implantação, sem, contudo, considerar a complexidade do que isso significa, afirmando não ser contrário a que isso seja operacionalizado. Disse que gestão de risco é uma área extremamente complexa, que exige método para aplicação, e que é muito bom que se venha aplicar conceitos desse tipo dentro da universidade, mas é muito diferente fazer gestão de risco em uma fábrica e em uma universidade. Mapear processos em uma fábrica e mapear processos em uma universidade são coisas completamente diferentes, já que os processos em uma universidade são extremamente complexos. Só o tempo que leva para mapear os processos em uma instituição já é superior ao tempo dado pelo decreto para a implantação do comitê. Pode se fazer apenas para atender a uma norma. Quem já está fazendo gestão de risco em universidade é aquela instituição que escolheu uma área e está mapeando os processos, mas precisamos saber a complexidade disso, caso contrário não se estará dando uma resposta que nem melhora e nem atende ao que a sociedade deseja, e isso é a relação de associar a evasão ao custo. De um lado se tem a crítica sobre a composição do custo e, por outro lado, a complexidade do que é a evasão, então associar essas coisas de forma simplificada é muito perigoso. O Cons. Ralf disse não querer simplificar, mas que só quis dizer que o custo também deve ser considerado, apesar de entender a complexidade dos demais assuntos que estão dentro do que significa isso, mas sem deixar o custo de lado. O Cons. Joaquim lembrou que área da Engenharia foi dimensionada para que comportasse em torno de 600 alunos em cada ano, e basicamente isso aconteceu porque, no momento em que ocorreu aquela expansão do ensino superior há alguns anos atrás, faltavam engenheiros, e nós formávamos, aqui no Brasil, de 8 a 10 mil engenheiros por ano, enquanto os asiáticos formavam 200 mil, e a ideia era realmente cobrir esse déficit. Talvez agora possa se apontar para uma redução de vagas, então acha que o que falta é uma política, uma coisa muito mais ampla, uma política que seja realmente de Estado, e não algo que seja medido apenas pelo custo. O que pode ocorrer é a desestruturação de algo que vinha sendo formado com a contratação de professores, investimento em infraestrutura, equipamentos, porque tem muita oferta, e daqui a dois dias nosso país entra num novo momento de desenvolvimento e a primeira coisa em que vão esbarrar é a falta de profissionais qualificados. Então, não vão ter profissionais, assim como hoje nós estamos perdendo nossos melhores quadros para outros países, quando inverter a curva, estaremos novamente correndo atrás da formação de profissionais adequados nas mais diversas áreas. Talvez todos deveríamos ter a mesma emoção que o professor Alquati teve em sua fala, já que decisões que priorizem os custos certamente vão levar a decisões equivocadas. Disse se solidarizar a emoção do professor Ernesto Alquati. A Cons. Luciana disse, inicialmente, desconhecer como se realiza uma auditoria e o quanto de especificidade ele deve comportar, mas se possa administrar o modo de como divulgar aqui. Com relação à questão da evasão, disse entender que, quando se fala no tema, é fundamental se falar

junto com o sentido social, também o sentido humano, pois esse prejuízo não se quantifica, quem está em sala de aula está vendo isso. Disse querer atentar para a responsabilidade histórica que se tem, pois criaram uma realidade e particularmente se orgulha dela, e a ideia agora é olhar pra frente, uma vez que se tem essa realidade o desafio é tremendo, então que isso demande um estudo e um esforço para se pensar junto esta questão, pois não se consegue imaginar que se possa pensar que uma pessoa entra na universidade e possa ser caracterizada por um percentual de inteligência e que isso vá ser mantido como se fosse um deslizamento contínuo até a sua saída. Disse acreditar que o potencial de alguém está em suas mãos para ser potencializado e enriquecido, e que acha que cumpre essa função, e que muito mais desafio se tem quando se parte de precariedades que chegam e são reverberadas, dizendo-se testemunha disso, já que os índices dão conta disso. Não é o ingresso através de cotas ou do ingresso mais amplo que criam este tipo de problema, disse. Acha que têm que se olhar pra frente dar conta desta questão. O Cons. Cristiano disse que nesse momento é que se vê a importância dos espaços para discutir algumas questões importantes como a evasão e a retenção. Quem sabe a partir daqui a gente possa pensar em que momento dentro da Universidade se para pra pensar em pesquisa, extensão, ingresso, e outros temas. A gente utiliza essas brechas para discutir esses temas tão importantes. Lembrou do PROFOCAP, mas pensa em que outros momentos ou outras instâncias se possa fazer esse tipo de discussão, contando com todas as concordâncias e discordâncias que possam existir. Aproveitou para parabenizar a relatora pela análise, discordando da posição do Cons. Alquati, por já ter sido relator desta matéria, afirmando que pode parecer muito grande, mas que trata de um conjunto enorme de informações e não é fácil conseguir sintetizar o relatório apresentado pela AUDIN. Disse entender que o espaço aqui tem os seus limites, cabendo a emoção, mas não grosserias. Com relação ao tema da evasão, disse ter concordância com o colega Alquati no sentido de que não se deve tratar isso ligado à ideia de eficiência, ainda mais com a atual conjuntura que se vive no nosso país, e que isso sirva de brecha para se começar a fechar cursos que não estão na eficiência necessária, sabendo-se que isso é bem possível. Acha que mais importante do que os dados levantados é o que se faz com esses dados sobre a evasão e aí vem a questão da existência de um espaço dentro da Universidade que se possa discutir isso de uma forma mais ampla possível. Entende que a evasão é algo muito complexo, como já se falou aqui, com múltiplas variações das mais diferentes ordens. Disse concordar com a Cons. Luciana a respeito da questão de se colocar rótulos em função da nota que se ingressa na universidade, sendo que o ideal seria se todos ingressassem sem necessidade de processo nenhum. Acha que se deve aprender a valorizar quem está dentro da universidade e, mais do que isso, fazer uma reflexão sobre quem dentro da sala de aula procura verificar quem está com dificuldades e, talvez, em vias de evadir da universidade, verificar quais são os seus motivos, que são das mais diferentes ordens. O que cada um faz na sua prática pedagógica para contribuir para que os estudantes permaneçam na universidade. Sabe-se que alguns tratam alunos com terrorismo e até comemoram os índices de reprovação em suas disciplinas, então não adianta ter políticas públicas e/ou medidas administrativas se na ponta, no dia a dia, nem todo mundo colabora para a permanência dos estudantes na universidade. |Afirmou não estar falando especificamente de ninguém, até porque disse não conhecer a prática de cada um, nem tampouco está falando aqui da FURG, já que

isso atinge a todos e todas. Disse entender que deve se chegar ao ponto de receber todos que ingressam na universidade da mesma forma, uns com mais e outros com menos dificuldades, mas que todos tenham as mesmas oportunidades e possam chegar, no tempo que for possível, ao final do curso. A Senhora Presidenta disse que vai levar como sugestão que a PROGRAD, junto com a DAÍ, promova esse tipo de debate, que já é feito junto aos coordenadores de curso, mas vai propor que a PROGRAD, a SAI e a DAÍ promovam encontros com os demais professores, para que tenham conhecimento desses dados, porque eles são dados bastante interessantes que permitem entender essa complexidade que se estabelece junto ao conceito de evasão e retenção. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara, foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade; **10º Parecer 002/2019 da 3ª Câmara - Processo nº 23116.002990/2019-37 – Proposta de criação do Centro de Biodiversidade Subtropical da FURG, vinculado à PROPESP, alterando o Regimento Interno da Reitoria** – O processo foi relatado pelo Cons. Ícaro Aronovich que, após análise dos documentos que compõem o processo, votou pela aprovação da criação do Centro de Biodiversidade Subtropical da FURG, alterando o Regimento Interno da Reitoria, conforme proposta apresentada pela PROPESP. O parecer foi lido pelo autor. Após a leitura, a Senhora Presidenta colocou o assunto em discussão. O Cons. Danilo destacou a particularidade da FURG em dispor destes centros que não são comuns de encontrar nas Universidades Federais que, por vezes, possui equipamentos que ficam subutilizados em Unidades específicas. Nesse caso, se cria a estrutura vinculada à PROPESP e depois se regulamenta a estrutura junto ao COEPEA, a exemplo do que ocorreu com o CEME-SUL. Disse ainda que em seguida deve vir também ao conselho a proposta de criação do AQUATEC. O Diretor Leandro Bugoni indicou que o prédio que abrigará esse centro fica próximo à casa do estudante, relatando que inclusive algumas coleções já foram deslocadas para lá. Disse que deverá começar a funcionar com custos mínimos, contando, inicialmente, com dois técnicos. O Cons. Danilo explicou que, nesse momento, apenas se está aprovando uma alteração no regimento da Reitoria para que, posteriormente, seja regulamentado pelo COEPEA. A Senhora Presidenta falou sobre a importância de se aprovar a criação deste tipo de centro, utilizando-se o modelo multiuso que tem sido utilizado nos últimos anos na Universidade. Não havendo mais manifestações a esse respeito, o voto da Câmara foi colocado em votação, sendo aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, às 12h31min, a Senhora Presidenta encerrou a reunião. A ata será disponibilizada a todos para apreciação e aprovação em próxima oportunidade e vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Jorge Augusto da Silveira Bastos, que secretariei a reunião.

Prof^a. Dr^a. Cleuza Maria Sobral Dias
PRESIDENTA DO CONSUN

Adm. Jorge Augusto da Silveira Bastos
SECRETÁRIO